

# Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Foi precaução

Quem conversou no reservado com ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) recentemente acredita que a decisão de Gilmar veio sob encomenda para obrigar o Senado a regulamentar o impeachment antes das eleições. É que, há meses, os ministros do STF têm a seguinte preocupação: se a direita radical tiver maioria no Senado, pouco a pouco os 81 pedidos de impeachment contra ministros do STF vão sair da gaveta.

## Candidatura queimada

Ainda que o presidente Lula não consiga os votos para aprovar o seu indicado para o Supremo Tribunal Federal, ele não indicará o senador Rodrigo Pacheco. Seria ceder demais ao Senado. Se não for Messias, será outro lulista de carteirinha.

## O côro do agro

No 5º Brasília Summit Lide **Correio Braziliense**, sobre segurança jurídica no agro, a ex-ministra da Agricultura Katia Abreu e outros foram firmes em defesa da queda de juro, com críticas à gestão de Gabriel Galípolo no Banco Central. Kátia chegou a dizer que se arrependeu de ter apoiado a independência do BC. “Esses juros nunca deveriam ter chegado a 15%. E por que não se pode cobrar o Banco Central? Podemos cobrar, sim. Lá não é a Santa Sé, nem a Bíblia, que não pode ser mudada”, afirmou, com aplausos efusivos da plateia de empresários.

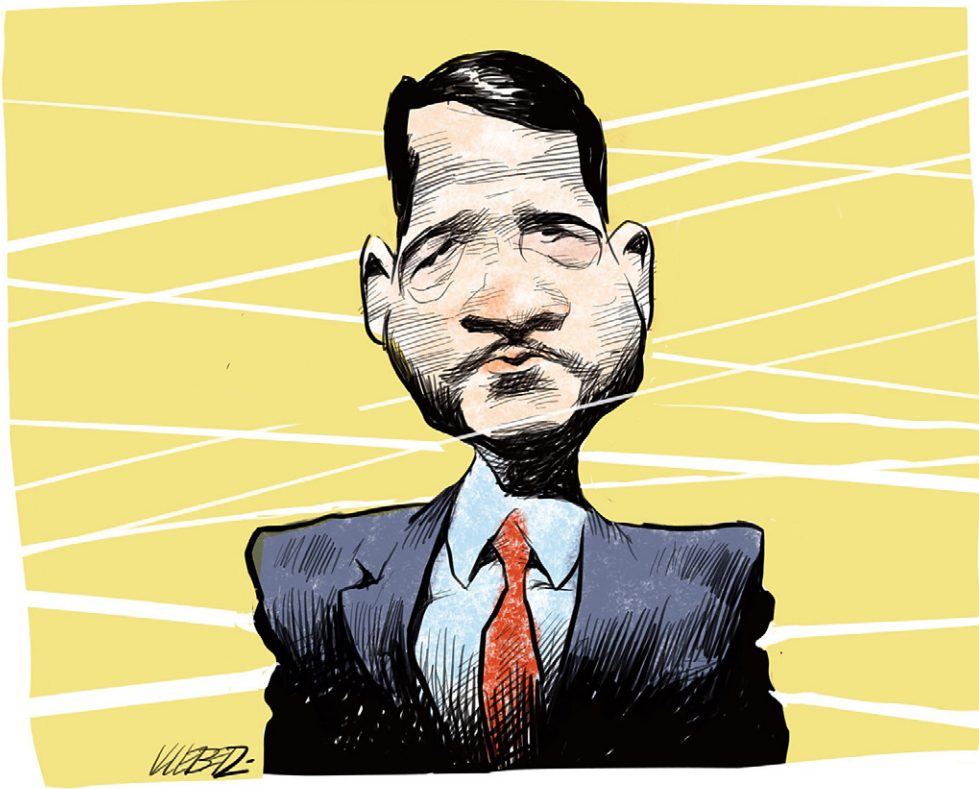
## Dois olhares

O fato de o ministro Dias Toffoli, do STF, ter puxado para si as investigações envolvendo Daniel Vercara, dono do banco Master acusado de fraudes financeiras, deixou a Faria Lima sentindo cheiro de que há alguém a ser protegido. Toffoli, porém, considera que, se for para dirigir as investigações contra quem tem prerrogativa de função, é caso para tramitar no STF.

## Veto certo

O Congresso pretende colocar na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026 a obrigação de liberar, pelo menos, 65% das emendas. Quem conhece como esse sistema funciona garante que é um dispositivo a ser vetado pelo presidente Lula.

# Com STF exposto, governo tenta salvar Messias de “bala perdida”



A decisão monocrática do ministro decano do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, que torna os pedidos de impeachment de ministros da Suprema Corte como prerrogativa da Procuradoria-Geral da República, foi considerada por muitos senadores como o terceiro ato de um embate entre os Poderes, reacquecido desde que o presidente Lula insistiu na nomeação de Jorge Messias para o STF. A avaliação de muitos políticos é a de que “embolou geral” e, nesse emaranhado de desconfianças, entreveros e notas duras por parte do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, vem por aí nova legislação para “enquadrar” o Supremo, algo que estava represado, e, de quebra, tornará mais difícil o caminho de Messias.

» » » » »

**Tire-me dessa/** O esforço do governo daqui para frente será no sentido de tentar tirar Messias desse fogo cruzado. A atitude do líder do governo no Congresso, Randolfé Rodrigues, de se colocar contrário à decisão de Gilmar Mendes, foi lida entre os senadores como um gesto a fim de tentar tirar o Poder Executivo desse embate entre STF e o Senado. O problema é que não se vê, no horizonte, clima para a recomposição das relações. Para completar, o próprio Messias, advogado geral da União, pediu que Gilmar reconsidere sua decisão sobre o impeachment. É para Messias sair dessa história como o grande salvador do Senado.

## CURTIDAS

**Quem ganha/** Com a prisão do deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), Rodrigo Bacellar (União), o cenário eleitoral fluminense volta à estaca zero à direita do prefeito Eduardo Paes (PSD). Já tem gente apostando na vitória de Paes por WO.

**Positividade/** No 5º Brasília Summit Lide **Correio Braziliense**, muitos ressaltaram que os fóruns do Lide mundo afora têm ajudado a falar bem do Brasil a representantes dos mais diversos setores. O head do Lide Agro, Francisco Matturo, apresentou os dados levados aos fóruns de Roma e Paris, no mês passado: “Em 20 anos, começamos a produzir cada dia mais na segunda safra, eles (os europeus) ficaram boquiabertos com isso”, disse Matturo. O ex-ministro da Agricultura Antonio Cabrera, no mesmo evento, contou um fato que deixa o mundo boquiaberto: “Fui a um plantio de soja no Rio Grande do Sul e, no dia seguinte, segui para Boa Vista (RR), onde participei de uma colheita de soja. Em que país do mundo isso é possível?”

**Fauna diversa.../** Na apresentação do estudo da FGV sobre a riqueza gerada pelas empresas nacionais, encomendado pela Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), chamou atenção o convívio harmônico de representantes do alto escalão do mundo empresarial com quase 40 autoridades políticas de diversos estados e partidos. Na CasaParlamento, do think-tank Esfera, local do evento, circularam políticos do PT ao PL, em sintonia com o empresariado.

**...e diálogo necessário/** Um empresário paulista de respeitado calibre presente à cerimônia destacou que essa interação precisa ser “normalizada” e é fundamental para que a pauta da prosperidade avance no país. “Num passado próximo, empresários preferiam manter distância, mas isso não faz mais sentido. É aqui em Brasília que as principais decisões são tomadas. Precisamos participar mais ativamente da formulação das políticas públicas de que precisamos”, reiterou, pedindo para ficar no anonimato.

**CONGRESSO/** Relator Luiz Gastão (PSD-CE) propõe unificar textos e marcar logo a votação, numa tentativa de garantir que a proposta avance para a Comissão de Constituição e Justiça ainda em 2025

# Votação da escala 6x1 é adiada

» DANANDRA ROCHA

A Subcomissão da Escala 6x1 propôs a construção de um texto comum sobre a reforma da jornada de trabalho. Com a ausência da deputada Erika Hilton (PSol-SP), autora da PEC original, o relator Luiz Gastão (PSD-CE) defendeu, ontem, a unificação dos relatórios e a votação já na próxima semana, numa tentativa de garantir que a proposta avance para a CCJ ainda em 2025.

Na reunião, Gastão sugeriu que os parlamentares adotem um movimento conjunto para unificar as diferentes versões do texto. “Eu acho que nós poderíamos conceder vistas coletivas e fazer dentro do relatório de vossa senhoria, juntando a pensada a esse relatório, nós poderíamos já pautar para a semana que vem uma leitura de um relatório comitadamente, incluindo os dois relatórios, fazendo um novo relatório para que esse relatório seja a condição do chamado subscrito de todos os membros”, afirmou.

Ele destacou que a meta é chegar a um consenso que viabilize uma aprovação célere: “Na semana que vem, aprovaremos na comissão e, aprovando nessa comissão, nós teríamos tempo até de subir para a CCJ e aprovar isso ainda esse ano”.

O presidente da Comissão de Trabalho, deputado Léo Prates (PDT-BA), apoiou o movimento de convergência e reforçou o compromisso de submeter sua própria proposta às decisões coletivas. “Se Vossa Excelência conseguir construir, eu me comprometo a construir um consenso dessa comissão”, disse. Prates destacou que só retirará seu relatório se houver acordo total: “Volto a dizer: não é maioria. Consenso. Relatório consensuado nesta comissão”.

Segundo ele, ainda que o ano termine sem uma conclusão definitiva, o processo de votação será iniciado. “Eu não gostaria de terminar o ano sem me posicionar”, afirmou.

A versão inicial da PEC 8/2025, apresentada por Erika Hilton, propunha uma mudança profunda no regime de trabalho: a Constituição passaria a garantir uma jornada máxima de oito horas por dia e 36 horas por semana, com a adoção de um modelo de quatro dias trabalhados e três, de descanso, sem qualquer impacto na remuneração. A iniciativa buscava encerrar a escala 6x1 e reposicionar o padrão de carga horária no país.

O relator da subcomissão, deputado Luiz Gastão (PSD-CE), no entanto, avaliou que uma transição tão brusca poderia desorganizar setores produtivos, sobretudo pequenas e médias empresas. Em seu parecer, ele apontou riscos, como queda de produção, perda de eficiência e aumento do desemprego caso a redução fosse implementada de imediato. Gastão argumentou que o ambiente econômico atual exige cautela e medidas que estimulem, e não pressionem, o mercado de trabalho.

Diante disso, o relatório apresentado ontem propõe uma mudança mais moderada e escalonada. A jornada deixaria de ser de 44 horas semanais para chegar a 40 horas apenas após três anos, com reduções anuais sucessivas: primeiro para 42 horas, depois 41, e por fim 40 horas.

Segundo o relator, o modelo busca equilibrar a demanda por mais tempo livre com a capacidade de adaptação das empresas. Ele reiterou que o processo deve ocorrer sem qualquer corte salarial, garantindo a preservação do poder de compra dos trabalhadores.

Além da redução progressiva, o parecer sugere que o país estabeleça uma estratégia de longo prazo. A subcomissão defende que, ao longo dos próximos dez anos, sejam definidas políticas para permitir uma migração gradual rumo às 36 horas semanais, patamar previsto no texto original da PEC. Paralelamente, o

Bruno Spada / Câmara dos Deputados



Luiz Gastão (PSD-CE) apresentou o relatório em que defende a redução da jornada de trabalho

deputado propõe que empresas com alta proporção de gastos com folha de pagamento recebam compensações tributárias, com abatimentos que podem chegar a 50% nas contribuições previdenciárias previstas na Lei 8.212. O mecanismo seria aplicado em faixas, conforme o peso da folha no faturamento, e avançaria à medida que a jornada diminuísse.

## Vista

A leitura do relatório provocou reações imediatas dentro da subcomissão. Parlamentares pediram vista e defenderam mudanças antes da votação. Entre eles, o deputado Vicentinho (PT-SP) reafirmou que não aceitará recuos quanto ao fim da escala 6x1 e criticou a ideia de conceder subsídios aos empregadores. Para ele, a experiência de empresas brasileiras e de países

como Alemanha e França demonstra que a redução da jornada não compromete a sobrevivência dos negócios e pode, inclusive, aumentar a produtividade. “Eu sei que o argumento dos empresários é sempre muito forte, mas várias empresas no Brasil já trabalham 40 horas semanais, incluindo várias médias e pequenas. E elas não quebraram com isso, mas sim ganharam produtividade”, disse.

A posição do governo foi reafirmada na última terça-feira (2) pela ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, que voltou a criticar o parecer do deputado Luiz Gastão, contrário ao fim da escala 6x1. Gleisi afirmou que o Executivo mantém posição firme pela extinção desse modelo de jornada, destacando que a pauta está diretamente ligada à qualidade de vida dos trabalhadores.

“O governo quer aqui reafirmar aos parlamentares que a nossa posição é de fim da escala 6 por 1. Nós entendemos que tem que ter qualidade de vida na vida dos trabalhadores”, disse a ministra à imprensa.

Ao lado de Gleisi, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, reforçou que o governo foi surpreendido pelo relatório da subcomissão e seguirá atuando pelo fim da escala 6x1, sem redução salarial. “Vamos seguir defendendo essa posição do fim da escala de trabalho 6x1, sem redução do salário, no Parlamento, na sociedade, nas ruas, e dialogar com o conjunto dos parlamentares. É uma pauta aprovada por mais de 70% da população brasileira em todas as pesquisas”, disse.

A expectativa agora é que, na próxima semana, as diferentes contribuições sejam consolidadas em um único relatório.

# Aprovado Gás do Povo

A comissão mista que analisou a medida provisória (MPV 1313/2025), que cria o programa Gás do Povo, aprovou, ontem, o relatório do deputado Hugo Leal (PSD-RJ). O texto incorpora incentivos para a compra de equipamentos de cozimento limpo, estabelece um mecanismo de transparência de preços do gás de cozinha e cria o selo de segurança Gás Legal. A MP precisa ser votada pelos Plenários da Câmara e do Senado até meados de fevereiro para não perder a validade.

O deputado incluiu no texto incentivos à compra de equipamentos de cozimento limpo — como os biodigestores, que produzem gás a partir do lixo orgânico.

“A ideia da disseminação dos biodigestores é para você achar essas alternativas à questão do GLP, especialmente nesses locais mais afastados. Então, se nós queremos combater a pobreza energética, esse é um tema que vai crescer muito no país e a gente vai trabalhar. Entendi que essa medida provisória vai ser uma excelente oportunidade — não só de cumprir o seu papel social, mas também de mostrar que o país, que o Brasil, é capaz de administrar sistemas complexos”, disse o deputado.

Hugo Leal também incluiu no texto da medida um mecanismo de transparência de preços para o gás de cozinha, e a criação do selo de segurança Gás Legal. Essas mudanças atendem a sugestões apresentadas por representantes do setor nas audiências públicas feitas pela comissão. **(Com Agência Senado)**